

Consórcio Setentrional de Educação a Distância
Universidade de Brasília e Universidade Estadual de Goiás
Curso de Licenciatura em Biologia a Distância

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UM DESAFIO NA FORMAÇÃO DE NOVOS CIDADÃOS

ADILSON DOS SANTOS

Brasília
2011

ADILSON DOS SANTOS

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UM DESAFIO NA FORMAÇÃO DE NOVOS CIDADÃOS

Monografia apresentada, como exigência parcial para a obtenção do grau pelo Consórcio Setentrional de Educação a Distância, Universidade de Brasília/Universidade Estadual de Goiás no curso de Licenciatura em Biologia a distância.

Brasília
2011

ADILSON DOS SANTOS

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UM DESAFIO NA FORMAÇÃO DE NOVOS CIDADÃOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência parcial para a obtenção do grau de Licenciado em Biologia do Consórcio Setentrional de Educação a Distância, Universidade de Brasília/Universidade Estadual de Goiás.

Aprovado em 11 de junho de 2011

Prof. Esp. Lívio Dantas Carneiro
Universidade de Brasília

Orientador

Prof. Msc. Bruno Saback Gurgel
Universidade de Brasília

Avaliador I

Prof. Msc. Roger Maia D. Ledo

Universidade de Brasília

Avaliador II

Brasília

2011

Dedico à minha esposa Lorena e aos meus
filhos João Marcos e Pedro Wilson.

Agradeço primeiramente a Deus que possibilitou minha entrada em instituição de ensino superior tão renomada e no curso que esperava realizar. Agradeço aos professores, coordenadores, orientador, colegas e de forma especial à minha esposa e filhos.

RESUMO

Este trabalho parte do presente de que a escola é fundamental no processo de formação do cidadão, e não pode estar alheia em relação às questões que ocorrem no exterior dela, como as questões ambientais. A Educação Ambiental deve promover a mudança de comportamentos e atitudes em relação aos problemas que colocam em risco a sustentabilidade da vida no planeta. Na educação formal - Ensino Fundamental - o foco principal deve ser colocado no desenvolvimento de valores, princípios, atitudes e posturas adotadas segundo consciência despertada pelos educadores sensibilizados pela questão do meio ambiente. Precisamente nesta área de educação ambiental a forma de agir do educador deve ser percebida pelos educandos como um convite para se tornarem aliados no processo de conscientização dos males e agressões ao meio, principalmente no em suas comunidades no sentido de preservação dos bens públicos e particulares. Assim sendo a Educação Ambiental deve ser vista de forma ampla, aprofundar-se em questões que dizem respeito à própria convivência do ser humano em sociedade, e na interação que tem com todo o planeta. O que se constata é que a sociedade ainda carrega uma percepção confusa a respeito do meio ambiente, como que essa função de respeito e conservação fosse exclusivamente dos pais e professores. A tarefa de educar cabe a toda sociedade, representada por seus diversos seguimentos, portanto, o desafio de formar novos cidadãos, conscientes de suas responsabilidades e vantagens é um desafio comum a toda sociedade.

Palavras chave: educação, ambiente, cidadania, ambiental

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
Capítulo 1 – A Educação Ambiental formando pessoas comprometidas com a vida	09
Capítulo 2 – Conteúdo de Meio ambiente para o primeiro e segundo ciclos do ensino fundamental	11
Capítulo 3 – Os temas transversais	12
Capítulo 4 – Percepção ambiental.....	14
Capítulo 5 – Enfim o que é Educação Ambiental?	16
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	19
Referências Bibliográficas	22

INTRODUÇÃO

O ensino tem papel fundamental como importante instrumento de inclusão social e cidadania. Deve ser reconhecido como processo no qual os indivíduos possam desenvolver plenamente suas potencialidades e agregar conhecimentos que permitam sua efetiva participação nas decisões que afetam o desenvolvimento de sua comunidade, de sua cidade, de seu estado e de seu país.

Desde o final da década de 60 e início de 70 surgiram as primeiras manifestações de preocupação com a degradação acelerada dos recursos naturais, com a perda da biodiversidade e com a extinção de espécies. Os fortes impactos ambientais revelaram o desequilíbrio dessa relação e provocaram a construção de ações que minimizassem o processo de destruição ambiental e promovessem relações sustentáveis.

A relação entre meio ambiente e educação para a cidadania assume um papel cada vez mais desafiador, exigindo a emergência de novos saberes.

O processo de educação tem papel fundamental e preponderante na formação do cidadão do mundo, em forjar um compromisso que respeite a vida e sua preservação. Construir um compromisso de desenvolvimento sustentável que preserve a vida.

Consciente dessa nova ética do desenvolvimento é que este trabalho se orienta com o intento de promover novas abordagens de percepção e relação com o meio ambiente que contribua para ampliação de um espírito de responsabilidade que garanta o exercício consciente da cidadania e da importância da atuação individual responsável.

A Educação Ambiental será aqui desenvolvida com o foco nos anos do Ensino Fundamental, onde se procura desenvolver no educando atitudes e posturas éticas, que farão parte da consciência e prática de um novo cidadão, preocupado como a sustentabilidade.

CAPÍTULO 01. A Educação Ambiental formando pessoas comprometidas com a vida

A educação fundamenta o desenvolvimento de um país, é por meio dela que as pessoas adquirem subsídios para reivindicar seus direitos e tornar realidade os seus deveres. É através da educação que todos podem garantir o desempenho de seu papel de cidadão construtor de uma nova ordem social. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBE.1996) em seu artigo primeiro estabelece:

“A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida das famílias, na convivência humana e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”.

É justamente a participação das pessoas como cidadãs que ocorre a busca de solução para os problemas ambientais e da construção de uma realidade harmônica entre sociedade e natureza

A Educação Ambiental fomenta a mudança de comportamentos e atitudes em relação aos problemas ambientais. O educador ambiental pode partilhar com quem apenas inicia esta vereda de mudanças – os alunos, que serão transmissores desses conhecimentos aos seus pais, vizinhos, amigos, enfim, como se fossem uma corrente, pois ao contrário do que Paulo freire decidiu chamar de “Educação Bancária, comentada por João Zanetic (1987):

“Paulo Freire denominava o modelo tradicional de prática pedagógica de “educação bancária”, pois entendia que ela visava à mera transmissão passiva de conteúdos do professor, assumido como aquele que supostamente tudo sabe, para o aluno, que era assumido como aquele que nada sabe. Era como se o professor fosse preenchendo com seu saber a cabeça vazia de seus alunos; depositava conteúdos, como alguém deposita dinheiro num banco. O professor seria um mero narrador, nessa concepção de educação. Nessa narração a realidade apareceria como algo imutável, estático, compartimentado e bem comportado, como se fosse uma “coisa morta”,

A Educação Ambiental se baseia na premissa de que é na reflexão sobre a ação individual e coletiva em relação ao meio ambiente que se dá o processo de aprendizagem.

Segundo TRIVELATO (2010) o conhecimento científico é fundamental para o exercício pleno da cidadania no mundo atual, permitindo, inclusive, que as ações de preservação ambiental sejam mais eficientes e comprometidas com o futuro das espécies do planeta e com a melhoria da qualidade de vida da população humana.

À medida que se observa cada vez mais dificuldade de manter-se a qualidade de vida nas cidades e regiões, é preciso fortalecer a importância de garantir padrões ambientais adequados e estimular uma crescente consciência ambiental, centrada no exercício da cidadania e na reformulação de valores éticos e morais, individuais e coletivos, numa perspectiva orientada para o desenvolvimento sustentável.

A Educação Ambiental, como componente de uma cidadania abrangente, está ligada a uma nova forma de relação ser humano/natureza, e a sua dimensão cotidiana leva a pensá-la como somatório de práticas e, consequentemente, entendê-la na dimensão de sua potencialidade de generalização para o conjunto da sociedade.

Entende-se que essa generalização de práticas ambientais só será possível se estiver inserida no contexto de valores sociais, mesmo que se refira a mudanças de hábitos cotidianos.

Segundo JACOB (2005) alguns questionamentos se fazem necessários:

“E como se relaciona educação ambiental com a cidadania? Cidadania tem a ver com a identidade e o pertencimento a uma coletividade. A Educação Ambiental como formação e exercício de cidadania refere-se a uma nova forma de encarar a relação do homem com a natureza, baseada numa nova ética, que pressupõe outros valores morais e uma forma diferente de ver o mundo e os homens”.

A Educação Ambiental deve ser compreendida como sendo um processo de constante aprendizagem, onde se valoriza as diversas maneiras de conhecer e formar cidadãos com a consciência de que são responsáveis pelo cuidado com o espaço que ocupam no mundo.

CAPÍTULO 02. Conteúdos de meio ambiente para o primeiro e segundo ciclos do Ensino fundamental

A questão ambiental, no ensino fundamental, coloca seu foco principalmente no desenvolvimento de valores, atitudes e posturas éticas, e no domínio de procedimentos mais do que na aprendizagem de conceitos uma vez que vários dos conceitos em que o educador ambiental se baseará para tratar de assuntos ambientais pertencentes às áreas disciplinares. Pela natureza da temática ambiental, vem a dificuldade de se eleger uma gama de conteúdos que contemple de forma satisfatória as exigências e a diversidade que compõe a realidade brasileira. Mais do que um elenco de conteúdos, o tema “meio ambiente” consiste em oferecer aos alunos instrumentos que lhes possibilitem posicionar-se em relação às questões ambientais.

O Currículo da Educação Básica das Escolas Públicas do Distrito Federal (SEE-2002) estabelece que as relações dos seres vivos com o meio ambiente não se explicam somente do ponto de vista físico e biológico, uma vez que todas as relações estabelecidas entre os seres vivos tais como relações sociais, econômicas e culturais também fazem parte desse meio e, portanto, são objetos da área ambiental. Em 2009 esta mesma Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal no documento Orientações Curriculares (DF. 2009) a cerca do componente curricular Ciências Naturais diz: “... ensinar ciências para ampliar as possibilidades de compreensão do mundo e de suas transformações e especialmente para o reconhecimento do homem como parte do universo e como indivíduo”.

Uma das funções mais importantes da escola é seu poder de influência e transformação da comunidade em que está inserida. Por outro lado, é na temática ambiental que a escola poderia apresentar um impacto significativo na sociedade, mediante a criação de canais de comunicação com a população que possibilitem a discussão e reflexão sobre o papel dos cidadãos quanto ao meio ambiente.

CAPÍTULO 03. Os temas transversais

Por tratarem de questões sociais, os temas transversais têm natureza diferente das áreas convencionais. Sua complexidade faz com que nenhuma das áreas, isoladamente, seja suficiente para abordá-los. Ao contrário, a problemática dos temas transversais atravessa os diferentes campos do conhecimento. Por exemplo, a questão ambiental não é compreensível apenas a partir das contribuições da Geografia. “Necessita de conhecimentos históricos, das Ciências Naturais, da Sociologia, da Demografia, da Economia, entre outros”. (PEREIRA & TERZI, 2009)

Segundo a professora Amélia Hamze (FEB/CETEC/Barretos) na Educação Básica são apresentados em número de seis e com as seguintes especificidades:

“Os temas transversais são constituídos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) e compreendem seis áreas: Ética (Respeito Mútuo, Justiça, Diálogo, Solidariedade), Orientação Sexual (Corpo: Matriz da sexualidade, relações de gênero, prevenções das doenças sexualmente Transmissíveis), Meio Ambiente (Os ciclos da natureza, sociedade e meio ambiente, manejo e conservação ambiental), Saúde (autocuidado, vida coletiva), Pluralidade Cultural (Pluralidade Cultural e a Vida das Crianças no Brasil, constituição da pluralidade cultural no Brasil, o Ser Humano como agente social e produtor de cultura, Pluralidade Cultural e Cidadania) e Trabalho e Consumo (Relações de Trabalho; Trabalho, Consumo, Meio Ambiente e Saúde; Consumo, Meios de Comunicação de Massas, Publicidade e Vendas; Direitos Humanos, Cidadania).

No documento citado - Currículo da Educação Básica das Escolas Públicas do Distrito Federal - os temas transversais provocam, ou melhor, propõem a seleção dos conteúdos seguindo os seguintes critérios:

- ✓ a importância dos conteúdos para uma visão integrada da realidade, especialmente sob o ponto de vista socioambiental;
- ✓ capacidade de apreensão e necessidade de introdução de hábitos e atitudes;
- ✓ possibilidade de desenvolvimento de procedimentos e valores básicos para o exercício pleno da cidadania.

Esses critérios identificam os temas transversais,

“não como novas áreas de conhecimento, mas, sim, temas que perpassam todas elas, isto é, permeiam a concepção, os objetivos, as competências, as habilidades e os

procedimentos de cada segmento, no decorrer de toda a escolaridade formal” (SEE-DF 2002).

A 1ª Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, realizada pela Unesco em 1977, em Tbilisi apresentava em uma de suas recomendações que: (UNESCO.1977)

Recomendação n.º 01

A Educação Ambiental é o resultado de uma orientação e articulação de diversas disciplinas e experiências educativas que facilitam a percepção integrada do meio ambiente, tornando possível uma ação mais racional e capaz de responder às necessidades sociais

(...) Para a realização de tais funções, a educação ambiental deveria suscitar uma vinculação mais estreita entre os processos educativos e a realidade, estruturando suas atividades em torno dos problemas concretos que se impõem à comunidade; enfocar a análise de tais problemas, através de uma perspectiva interdisciplinar e globalizadora, que permita uma compreensão adequada dos problemas ambientais; (...).

No Brasil, seguindo as diretrizes do Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA) de 1975 e da Conferência de Tbilisi, o poder público procurou incluir a Educação Ambiental como um instrumento da política educacional em conformidade com as orientações internacionais, isto é, como um componente interdisciplinar.

A Lei 9.795, de 27.04.1999,(BRASIL.1999) que dispõe sobre a Educação Ambiental institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências, apresenta-a como um componente fundamental da educação buscando a construção de valores, conhecimentos, habilidades para a preservação do meio ambiente, para garantir a qualidade de vida e a sustentabilidade.

Art. 1º. Entendem-se por Educação Ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Art. 2º. A Educação Ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.

A Educação Ambiental é vista e entendida como um processo e não como um fim em si mesmo. A mesma lei estabelece que a Educação Ambiental deva ser desenvolvida como

uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal, mas não como disciplina específica incluída nos currículos escolares.

Como se vê, os instrumentos legais e os programas governamentais reforçam o caráter de interdisciplinaridade atribuído à Educação Ambiental, que deve perpassar os conteúdos de todas as demais disciplinas, desde a educação infantil até a pós-graduação.

É necessário reconhecer que a questão ambiental não é, nem pode ser um conhecimento em si, independente das áreas afins. Conteúdos e conceitos como preservação ambiental, desenvolvimento sustentável, conscientização ecológica, não tem sentido sem uma abordagem também histórica, sociológica, filosófica, ou desprendida dos conhecimentos ministrados pelas outras Ciências, entre elas, Geografia, Biologia, Química e Física.

A Educação Ambiental, pelos conteúdos e conhecimentos sobre meio ambiente, é interdisciplinar e o modo como deve ser ministrada é através da transversalidade, perpassando as disciplinas curriculares. De acordo com as orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais (MEC/SEF, 1998):

Ambas – transversalidade e interdisciplinaridade – se fundamentam na crítica de uma concepção de conhecimento que toma a realidade como um conjunto de dados estáveis, sujeitos a um ato de conhecer isento e distanciado. Ambas apontam a complexidade do real e a necessidade de se considerar a teia de relações entre os seus diferentes e contraditórios aspectos. Mas diferem uma da outra, uma vez que a interdisciplinaridade refere-se a uma abordagem epistemológica dos objetos de conhecimento, enquanto a transversalidade diz respeito principalmente à dimensão da didática.

CAPÍTULO 04. Percepção ambiental

O ser humano em sua peregrinação planetária está constantemente agindo sobre o meio ambiente a fim de aplacar suas necessidades e desejos. Cada indivíduo percebe e responde de forma diferente frente às ações sobre o meio ambiente. As respostas ou manifestações são, portanto, resultados das percepções, dos processos cognitivos, julgamentos e expectativas de cada indivíduo.

Em se tratando de Educação Ambiental, essa forma de agir do homem deve ser percebida pelo aluno para que ele seja um aliado no processo de conscientização dos males e agressões ao meio. No ambiente urbano, onde está situada a maioria de nossas escolas, deve-se conduzir a reflexão sobre os muitos aspectos que direta ou indiretamente, afetam a população ou comunidade, assim, como a pobreza, criminalidade, poluição e outros. Uma das manifestações mais comuns de insatisfação da população é o vandalismo. É fácil identificá-lo, basta um olhar para os prédios públicos e monumentos arquitetônicos.

Dessa maneira, o estudo da percepção ambiental é de fundamental importância para que seja possível compreender melhor a inter-relações entre o homem e o ambiente, suas expectativas, satisfações e contrariedades, seu código de comunicação através do “grafite” é de fundamental importância, pois só assim, conhecendo melhor a cada um, será possível a realização de um trabalho com bases locais, partindo da realidade do público alvo.

Percepção ambiental pode ser definida como sendo uma tomada de consciência do ambiente pelo homem, ou seja, o ato de perceber o ambiente que se está inserido, aprendendo a proteger e a cuidar do mesmo. Cada indivíduo percebe, reage e responde diferentemente às ações sobre o ambiente em que vive. As respostas ou manifestações daí decorrentes são resultados das percepções (individuais e coletivas), dos processos cognitivos, julgamentos e expectativas de cada pessoa (COELHO, 2002).

Desta forma, o estudo da percepção ambiental é de fundamental importância para que possamos compreender melhor as inter-relações entre o homem e o ambiente, suas expectativas, anseios, satisfações e insatisfações, julgamentos e condutas.

A importância da pesquisa em percepção ambiental para o planejamento do ambiente foi ressaltada pela UNESCO em 1973. Uma das dificuldades para a proteção dos ambientes naturais está na existência de diferenças nas percepções dos valores e da importância dos mesmos entre os indivíduos de culturas diferentes ou de grupos sócioeconômicos que desempenham funções distintas, no plano social, nesses ambientes (COELHO, 2000).

Há indivíduos que se preocupam em preservar a natureza e outros parecem ignorá-la. Essa dicotomia ocorre porque os indivíduos possuem diversas percepções do meio no qual estão inseridos e, dessa forma, tem diferentes prioridades em relação ao meio, ou seja, cada sujeito dá uma importância diferente para o que sente ao seu redor e reage de maneira coerente. É ótimo que seja assim, já que, se todos tivessem as mesmas percepções, brigariam pelos mesmos recursos e a convivência em sociedade seria impraticável (CORSON, 1993).

Segundo SOULÉ (1997), “Cada um de nós é uma lente exclusiva, fundamentada e polida por temperamento e educação. E nossas respostas à natureza – ao mundo – são tão diversas como nossas personalidades, embora cada um em momentos distintos possa ficar atônito, horrorizado, deslumbrado ou simplesmente entretido pela natureza”.

Através da percepção ambiental são estabelecidas as relações de afetividade do indivíduo para com o ambiente. A partir da formação de laços afetivos positivos, pode acontecer a modificação dos valores ambientais atribuídos pelas pessoas.

CAPÍTULO 05. Enfim o que é a Educação Ambiental?

Partindo do dito popular que o que não está escrito não vale, a definição oficial a essa pergunta veio da Subchefia para Assuntos Jurídicos da Presidência da República (Brasil.1999):

“Art. 1º Entendem-se por Educação Ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

“Art. 2º A Educação Ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal”. (Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999).

É válido lembrar que a Educação Ambiental pode ser compreendida em qualquer modalidade educacional que busque ensinar o respeito, conservação do meio, não se limitando apenas ao ensino formal. Porém o que constatamos é que a sociedade ainda carrega uma percepção confusa a respeito do meio ambiente, como que essa função de respeito e conservação fosse exclusivamente dos pais e professores. A tarefa de educar cabe a toda sociedade, representada por seus diversos seguimentos.

Segundo JACOBI (2003):

“A Educação Ambiental assume cada vez mais uma função transformadora, na qual a co-responsabilização dos indivíduos torna-se um objetivo essencial para promover um novo tipo de desenvolvimento – o desenvolvimento sustentável. Entende-se, portanto, que a educação ambiental é condição necessária para modificar um quadro de crescente degradação socioambiental”. O educador tem a função de mediador na construção de referenciais ambientais e deve saber usá-los como instrumentos para o desenvolvimento de uma prática social centrada no conceito da natureza”.

(Professor Associado da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da USP).

Assim, tem-se que o conceito de Educação Ambiental deve ser visto de forma ampla, não apenas voltado para o respeito e preservação do meio ambiente natural, pois o meio ambiente compreende muito mais do que a conservação da fauna e flora nativas; aprofunda-se em questões que dizem respeito à própria convivência do ser humano em sociedade, e na interação que tem com todo o planeta.

Para Jacobi a noção de sustentabilidade está relacionada a uma inter-relação necessária de justiça social, qualidade de vida, equilíbrio ambiental e a ruptura com o atual padrão de desenvolvimento (JACOBI, 2005).

Nesse contexto, segundo REIGOTA (1998), a Educação Ambiental deve estar direcionada para propostas pedagógicas centradas na conscientização, mudança de comportamento, desenvolvimento de competências, capacidade de avaliação e participação dos educandos. Para PÁDUA e TABANEZ (1998), a Educação Ambiental proporciona o aumento de conhecimentos, mudança de valores e aperfeiçoamento de habilidades, condições fundamentais para estimular maior integração e harmonia dos indivíduos com o meio ambiente. A relação entre meio ambiente e educação para a cidadania assume um papel cada vez mais desafiador, exigindo a emergência de novos saberes.

O processo de Educação tem papel fundamental e preponderante na formação do cidadão do mundo, em forjar um compromisso que respeite a vida e sua preservação. Construir um compromisso de desenvolvimento sustentável que preserve a vida.

Na escola atualmente muito se discute a respeito do melhor ou mais adequado conceito de Educação Ambiental. E o que se nota é que todos eles são importantes para delinear a metodologia de trabalho da prática da educação ambiental em todos os seguimentos sociais onde se pretende desenvolver um projeto que vise instruir e ao mesmo tempo mobilizar os alunos envolvidos, em vista de solução de problemas ambientais. Essa constatação deve-se, sobretudo ao fato de tais conceitos seguirem ligados à evolução histórica das questões ambientais, das condições econômicas, culturais e outras que, a cada momento e lugar, tendem sempre a variar e evoluir, tanto no mundo quanto localmente.

Desta forma, observa-se que no campo teórico existem diversos conceitos de Educação Ambiental. O conceito mais arrazoado é o que fixa o objetivo da Educação Ambiental na busca de uma nova sociedade, através de uma mudança nas interrelações entre os homens e dos mesmos com o meio a sua volta. Observa-se que a partir de uma visão crítica a respeito da problemática ambiental é possível uma maior compreensão e sensibilidade em relação aos motivos da existência de uma desarmonia entre o homem e a natureza, bem como as conseqüências desta relação. Assim, um passo importante para se pensar e executar um trabalho de Educação Ambiental é conhecer os enfoques teóricos e a partir daí interpretá-los e adequá-los à realidade, ou seja, aos fatores e às pessoas que se envolverão em determinado trabalho

Imbuído dessa nova ética do desenvolvimento é que este trabalho se orienta com o intento de promover novas abordagens de percepção e relação com o meio ambiente que

contribua para ampliação de um espírito de responsabilidade que garanta o exercício consciente da cidadania e da importância da atuação individual responsável.

Pode-se afirmar que, independente do nível de escolaridade ou de formação educacional, seja no ambiente escolar ou fora dele, a Educação Ambiental, pelo diálogo que estabelece sobre a relação sociedade e meio ambiente e pela mudança de padrões e comportamentos que exige, é componente essencial às transformações que podem se dar pela educação, à medida que, revendo modos de agir e pensar em relação à natureza, assumimos uma nova postura, individual e coletiva, condizente e harmoniosa com o meio ambiente em que vivemos.

CONCLUSÃO

Com este trabalho, procurou-se demonstrar a importância de se trabalhar como educador tendo claro na consciência e no coração que a Educação Ambiental deve ser uma reflexão com os alunos e com eles também a construção de um mundo onde a vida possa continuar pulsando.

A Educação Ambiental surge como uma nova proposta de sensibilização e propõe aos vários segmentos da sociedade uma mudança de valores e posturas, tendo como um dos maiores desafios, aliar a educação à cidadania. Esta educação deve estar atenta aos problemas sócio-ambientais e às organizações, como partes representativas da sociedade, que devem caminhar para uma nova visão empresarial, tentando integrar a ideia de conservação ao benefício econômico através de uma política ambiental de sucesso que atenda a competitividade de uma economia globalizada e privilegie a vida em todas as suas instâncias.

A Educação Ambiental precisa ser entendida como uma importante aliada do currículo escolar na busca de um conhecimento integrado que supere a fragmentação tendo em vista o conhecimento emancipação. Uma vez que, segundo SATO, a Educação Ambiental “sustenta todas as atividades e impulsiona os aspectos físicos, biológicos, sociais e culturais dos seres humanos” (SATO, 2002). Sendo assim, apresenta-se como uma peça importante no currículo escolar.

Acerca do currículo escolar, a interdisciplinaridade é o que se destaca na compreensão de Educação Ambiental. Ela é explicada por NORGAARD (1998) – citado por Suzane da Rocha Vieira - através de uma metáfora muito interessante, nela ele simboliza a orquestra para explicar a importância da interdisciplinaridade. Se todos os pesquisadores envolvidos numa pesquisa possuísem os mesmos entendimentos sobre um determinado conhecimento, estaríamos tocando um só instrumento e alcançando as mesmas notas musicais. Mas possuir conhecimentos complementares ou divergentes seria comparável a uma orquestra, onde tocar juntos requer uma partitura mais elaborada e uma competência mais considerável. Ainda que numa orquestra os músicos não possam escolher as partituras que tocam juntos ou eleger o regente, o som da improvisação orquestral pode representar uma revolução, onde a dissonância pode ser compreendida como parte da transição da modernidade, e onde os conhecimentos se complementam para a interpretação conjunta de uma realidade.

Portanto, a dimensão ambiental traz a necessidade de uma rica orquestra musical, uma vez que a Educação Ambiental deve ser entendida como educação política, no sentido de

que ela reivindica e prepara os cidadãos para exigir justiça social, cidadania nacional e planetária, autogestão e ética nas relações sociais e com a natureza. Ao longo das últimas décadas, as pressões sobre o ambiente global tornaram-se auto-evidentes, fazendo erguer uma voz comum pelo desenvolvimento sustentável. Essa estratégia requer uma nova maneira de pensar e novo conjunto de valores. A educação é essencial à promoção de tais valores e para aumentar a capacidade das pessoas de enfrentar as questões ambientais e de desenvolvimento. A educação em todos os níveis deve ser orientada para o desenvolvimento sustentável e para forjar atitudes, padrões de capacidade e comportamentos ambientalmente conscientes, tal como um sentido de responsabilidade ética.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei Darcy Ribeiro (1986). Lei de diretrizes e bases da educação.** – 6. Ed._
Brasília: Senado Federal. Subsecretaria de Edições Técnicas, 2010. 94 p.

_____. **Lei n.º 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.** República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1999.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998.436 p.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **PCNs: apresentação dos Temas Transversais**, Brasília, MEC/SEF, 1997.

CORSON, W. H. **Manual Global de ecologia – o que você pode fazer a respeito da crise do meio ambiente.** São Paulo, Agosto, 1993. 413 p.

COELHO, A. J. **A Importância do Desenvolvimento Sustentável.** 2000. Disponível em: <http://www.idcb.org.br/documento/artigos2301/aimportancia.doc> Acessado em maio/2011.

_____. **Percepção Ambiental dos Alunos da Faculdade Brasileira.** 2002. Disponível em: http://www.abe_es.org.br/paginas/trabalhos/percep%e7%e3%20ambiental%20u.pdf. Acessado em maio/2011.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. **Currículo da educação básica das escolas públicas do Distrito Federal: ensino fundamental 1ª a 4ª série.** 2. Ed./Secretaria de Estado de Educação. Brasília: subsecretaria de Educação Pública, 2002. 182p

_____. Secretaria de Estado de Educação do. **Orientações curriculares.** Ensino fundamental – séries e nos Iniciais. 2009.

JACOBI. Pedro Roberto. **Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade.** Cadernos de Pesquisa. São Paulo: Autores Associados, n. 118, p. 189-205, 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/cp/n118/16834.pdf> Acessado em maio/2011.

_____. Pedro Roberto. **Educação ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo**. Educação e Pesquisa (USP), São Paulo, v. 31, n. 2, p. 234-250, 2005.

NORGAARD, Richard. **A improvisação do conhecimento discordante**. In *Ambiente & Sociedade*, Ano I, n. 2, p. 25-40, 1998.

PÁDUA, S.; TABANEZ, M. (orgs.). **Educação ambiental: caminhos trilhados no Brasil**. São Paulo: Ipê, 1998.

PEREIRA, Pedro Henrique Santana. TERZI, Alex M.. **Aspectos gerais da Lei de Educação Ambiental e a problemática da transversalidade em sua aplicação nas escolas**. In: *Âmbito Jurídico*. 2010. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7348. Acessado em abril/2011.

REIGOTA, M. **Desafios à educação ambiental escolar**. In: JACOBI, P. et al. (orgs.). **Educação, meio ambiente e cidadania: reflexões e experiências**. São Paulo: SMA, 1998.

SATO, M. **Educação Ambiental**. São Carlos: Rima, 2002.

SOULÉ, M. E. **Mente na biosfera; mente da biosfera**. IN: WILSON, E. O. Biodiversidade. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1997. p. 593-98.

TRIVELATO, José; TRIVELATO, Silvia Luzia Frateschi; FREIRE, Cecília Yoshida; MOTOKANE, Marcelo Tadeu; BARROS, Marcelo Alves. **Na Trilha da Ciência**. 2. ed. São Paulo: Quinteto Editorial, 2005. v. 4.

UNESCO. **Conferência Intergovernamental sobre Educação ambiental**. Tibilisi, Geórgia. 1977.

ZANETIC, João - **Paulo Freire e a interdisciplinaridade em São Paulo**. 1987. Disponível em: http://www.ivanvalente.com.br/CANAIS/especiais/paulofreire/artigos/Joao_Zanetic.htm Acessado em maio/2011.